



POLÍCIA CIVIL  
do Estado de Mato Grosso do Sul



GOVERNO  
DO ESTADO  
Mato Grosso do Sul

Ofício n. 129/DEH/DGPC

Campo Grande/MS, 7 de fevereiro de 2019.

**Inquérito Policial nº 03/2019/DEH - (usar este número na resposta)**

Senhor(a) Diretor(a),

Cumprimentando cordialmente, visando instruir o Inquérito Policial nº 03/2019-DEH, solicito a Vossa Senhoria que cumpra, em caráter de urgência, decisão constante no ofício judicial nº 08/2019-1ªVTJ (cópia anexa), exarada nos autos de nº 0002918-03.2019.8.12.0001 (1ª VTJ), a qual decretou a quebra de sigilo telefônico da linha abaixo relacionada, referente ao período de 25/5/2018 até a data do recebimento deste ofício.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam encaminhadas para o e-mail institucional deh@pc.ms.gov.br, delano.cdgl@pc.ms.gov.br visando dar agilidade ao procedimento, devendo ser confirmado o seu recebimento via telefone nº (67)3318-9003 ou 3318-9047.

1) (67) 99288-5584.

Atenciosamente,

CARLOS DELANO GEHRING LEANDRO DE SOUZA  
Delegado de Polícia Adjunto  
**Assinado Digitalmente**

EMPRESA CLARO DE TELEFONIA  
RUA FLÓRIDA, Nº 1970, BROOKLIN, SÃO PAULO/SP  
FONE Nº (11) 3579-6780(FAX) – (11) 3579-6700  
Email: oficios.juridico@claro.com.br

Elaborado por: lbsoares

Rua Soldado Pm Reinaldo de Andrade, Bairro Tiradentes - CEP 79041118 - Campo Grande/MS - CNPJ - 02946822000195 - Telefone: (67)3318-9000

Este documento é cópia do original. Para conferir o original, acesse o site [www.edoc.ms.gov.br](http://www.edoc.ms.gov.br), e informe o código OF00B06AF  
Assinado digitalmente por CARLOS DELANO GEHRING LEANDRO DE SOUZA-03480611966 - Hora do servidor: 07/02/2019 16:39:52

Protocolo:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande**  
**1ª Vara do Tribunal do Júri**

Ofício n.º 09/2019  
 Campo Grande/MS, 30 de janeiro de 2019

**Assuntos:**

**Interceptação Telefônica**

**Autos n.º 0002918-03.2019.8.12.0001**

**Distribuído na data 25/01/2019**

**Inquérito Policial n. 03/2019, 10661/2018, 65/2019**

**Autoridade Requerente: Delegacia Especializada de**

**Homicídios - DEH.**

*Ao 1.º Cartório / Dr. Delano  
 C. Gde, 01/02/2019.*

Marcio Shiro Ollive  
 Delegado de Polícia

**SEGREDO DE JUSTIÇA**

Senhor Delegado:

Através do presente, encaminho a Vossa Senhoria o ofício n. 08/2019, endereçado à(s) operadora(s) Claro S/A, bem como cópia da decisão proferida no presente feito, para ciência e providências.

Atenciosamente,

(assinado por certificação digital)

**Carlos Alberto Garcete de Almeida**  
**Juiz de Direito**

Ao

Ilmo. Dr. Carlos Delano Gehring Leandro de Souza

DD. Delegado de Polícia - DEH

NESTA.

Rua da Paz, 14 – Jardim dos Estados – 1º andar – Bloco I - CEP 79.002-919,  
 Fone (67) 3317-3482 - E-mail: [cgr-1tjuri@tjms.jus.br](mailto:cgr-1tjuri@tjms.jus.br)

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE HOMICÍDIOS  
 CART. CENTRAL

Data: 01 / 02 / 19

Hrs. — n.º 167

Lv. H-14 Fls. 037

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CARLOS ALBERTO GARCETE DE ALMEIDA. Liberado nos autos digitais por MJ191, em 30/01/2019 às 17:30:26. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjms.jus.br/esaj>, informe o processo 0002918-03.2019.8.12.0001 e o código 2C60987.

IP03/19-12C



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande**  
**1ª Vara do Tribunal do Júri**

Ofício n.º 08/2019.  
 Campo Grande/MS, 30 de janeiro de 2019

Ao Presidente da Operadora de Telefonia Celular **Claro S/A.**

Assuntos:

**Quebra de Sigilo de Dados Telefônicos**

**Autos n.º 0002918-03.2019.8.12.0001**

**Distribuído na data 25/01/2019**

**Inquérito Policial n. 03/2019, 10661/2018, 65/2019**

**Autoridade Requerente: Delegacia Especializada de Homicídios - DEH.**

**SEGREDO DE JUSTIÇA**

Senhor Diretor,

A fim de instruir os autos em epígrafe, em que foi autorizada a **QUEBRA DE SIGILO DE DADOS TELEFÔNICOS**, com suporte no artigo 5º, XII da Constituição Federal, c/c a Lei Federal n. 9.296/1996, comunico a Vossa Senhoria que este juízo autorizou a quebra do sigilo telefônico, do(s) seguinte(s) terminal(is): **(67) 99288-5584**, determinando que a operadora forneça:

1. Os dados cadastrais do titular da linha supracitada entre os meses de junho a agosto de 2018, bem como a lista de todas as ligações e mensagens SMS, com a indicação dos números chamantes/emitentes de mensagem e chamados/recebedores de mensagem, desde 29-5-2018, até a data da efetivação da requisição.
2. O(s) número(s) de IMEI do(s) aparelho(s) de telefonia celular que foram utilizados com o chip +55 67 99288-5584, desde 29-5-2018 até a data da efetivação da requisição. Bem como, o histórico de localizações aproximadas do terminal supracitado, com base nas ERB's, desde o dia 29-5-2018, até a data da efetivação da requisição, além de outros dados considerados úteis à individualização da autoria delitiva.
3. Fica expressamente vedada a quebra e interceptação de outros números não discriminados nesta decisão (CNJ, Resolução n. 59/2008, art 10,V).
4. Advertência do Art. 10 da Lei n. 9.296/96 (constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática

**Rua da Paz, 14 – Jardim dos Estados – 1º andar – Bloco I - CEP 79.002-919,**  
**Fone (67) 3317-3482 - E-mail: [cgr-1tjuri@tjms.jus.br](mailto:cgr-1tjuri@tjms.jus.br)**



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Comarca de Campo Grande  
1ª Vara do Tribunal do Júri

A  
Autos: 0002918-03.2019.8.12.0001  
Classe: Pedido de Quebra de Sigilo de Dados E/ou  
Telefônico  
Parte Autora: Delegacia Especializada de Homicídios -  
DEH  
Parte Passiva: A Apurar

- I -

Trata-se de representação pela **quebra de sigilo telefônico** formulada pela autoridade policial lotada na Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Homicídio de Campo Grande/MS, a fim de dar continuidade às investigações do suposto desaparecimento de ADÃO RICHARD, nos autos do Inquérito Policial n. 3/2019/DEH.

Alega a autoridade policial que a medida requerida é necessária para esclarecer se o desaparecimento de Adão Richard, que teria sido visto pela última vez em 29-7-2018, teria ocorrido de forma voluntária ou se teria sido vítima de homicídio ou outro crime grave.

O Ministério Público Estadual manifestou-se favorável ao requerimento (f. 26-8).

1

Rua da Paz, 14 – Jardim dos Estados – 1º andar – Bloco I - CEP 79.002-919,  
Fone (67) 3317-3481 - E-mail: [cgr-1tjuri@tjms.jus.br](mailto:cgr-1tjuri@tjms.jus.br)





Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Comarca de Campo Grande  
1ª Vara do Tribunal do Júri

É o sucinto relatório. Decido.

- II -

# 1 INTROITO

Inicialmente, observo que a representação formulada pela Autoridade Policial busca a obtenção de dados do terminal telefônico (67) 99288-5584, que, segundo o amigo da vítima, era o utilizado por Adão Richard até o seu desaparecimento.

A quebra de dados constantes de aparelho celular, como fotos e outras informações, tem amparo no art. 5º, incisos X e XII, da Constituição Federal.

Nesse sentido, trago a lume recente decisão da Quinta Turma do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com o seguinte teor:

PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. 1. DIREITO DE PERMANECER EM SILÊNCIO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO. NULIDADE RELATIVA. PREJUÍZO NÃO APONTADO. 2. ABORDAGEM EM FISCALIZAÇÃO DE ROTINA. DECLARAÇÕES PRÉVIAS E ESPONTÂNEAS DO CORRÉU. INTERVENÇÃO ATIVA. VISTORIA EM CARRO COM 90KG DE MACONHA. DESCOBERTA INEVITÁVEL. PREJUÍZO NÃO VERIFICADO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. 3. APARELHO TELEFÔNICO APREENDIDO. VISTORIA REALIZADA. **CHAMADAS EFETUADAS E RECEBIDAS. FOTOS DOS CORRÉUS. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO DO SIGILO**

2

Rua da Paz, 14 – Jardim dos Estados – 1º andar – Bloco I - CEP 79.002-919,  
Fone (67) 3317-3481 - E-mail: [cgr-1tjuri@tjms.jus.br](mailto:cgr-1tjuri@tjms.jus.br)



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Comarca de Campo Grande  
1ª Vara do Tribunal do Júri

DE DADOS TELEFÔNICOS. PROVA ILÍCITA. ART. 157 DO CPP. 4. RECURSO EM HABEAS CORPUS PROVIDO EM PARTE.

[...]

3. Embora a situação retratada nos autos não esteja protegida pela Lei n. 9.296/1996 nem pela Lei n. 12.965/2014, haja vista não se tratar de quebra sigilo telefônico por meio de interceptação ou de acesso a mensagens de texto armazenadas, ou seja, embora não se trate violação da garantia de inviolabilidade das comunicações, prevista no art. 5º, inciso XII, da CF, houve sim violação dos dados armazenados no celular do recorrente. De fato, deveria a autoridade policial, após a apreensão do telefone, ter requerido judicialmente a quebra do sigilo dos dados armazenados, haja vista a garantia, igualmente constitucional, à inviolabilidade da intimidade e da vida privada, prevista no art. 5º, inciso X, da CF. Dessa forma, a análise dos dados telefônicos constantes dos aparelhos do recorrente e dos corréus, verificando-se a lista de chamadas efetuadas e recebidas, bem como a existência de fotos dos investigados juntos, sem prévia autorização judicial devidamente motivada, revela a ilicitude da prova, nos termos do art. 157 do CPP.

4. Recurso em habeas corpus provido em parte, para reconhecer a ilicitude da colheita de dados dos aparelhos telefônicos do recorrente dos corréus, sem autorização judicial, devendo mencionadas provas, bem como as derivadas, serem desentranhadas dos autos. (STJ - RHC n. 61754/MS - Quinta Turma - Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca - Data do Julgamento 25-10-2016)



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Comarca de Campo Grande  
1ª Vara do Tribunal do Júri

*legal proporcional.*

Segue-se que, por disposição constitucional, a quebra do sigilo telefônico excepciona a garantia constitucional da privacidade e do sigilo das comunicações telefônicas. À evidência, em casos tais, que, diante da chamada **colisão de direitos fundamentais**, cabe ao operador do Direito utilizar-se da estruturação relacionada ao **princípio da proporcionalidade**, na exata teorização de Alexy.

Na hipótese versante, extrai-se dos autos que, a despeito do esforço da autoridade policial, a elucidação dos fatos está a depender dos dados telefônicos do terminal utilizado por Adão Ricard até o seu desaparecimento, após o que há a expectativa de as investigações chegarem a bom termo.

Impõe-se, pois, o acolhimento da representação formulada pela autoridade policial.

- III -

Ante o exposto, com apoio no parecer ministerial de f. 26-8, **AUTORIZO a quebra de sigilo telefônico** do seguinte terminal telefônico: **(67) 99288-5584 (Operadora Claro)**, nos termos da representação da autoridade policial (f. 4-5).



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Comarca de Campo Grande  
1ª Vara do Tribunal do Júri

Expeçam-se ofícios à operadora telefônica CLARO, solicitando as informações constantes de f. 4-5 e entregue-o à autoridade policial, que providenciará o encaminhamento necessário. Conste que os dados deverão ser enviados diretamente à autoridade policial ou a quem ela indicar.

A Chefe de Cartório desta Serventia, ROSIMEIRE LEITE FERREIRA, ficará responsável pela tramitação da medida e expedição dos expedientes necessários (CNJ, Resolução n. 59/2008, art. 10, VII), a qual deverá observar expressamente, na lavratura dos ofícios, os requisitos do art. 11 da mesma resolução.

Oficie-se à autoridade policial, encaminhando-lhe cópia desta decisão.

Dê-se ciência ao MPE.

Oportunamente, junte-se cópia deste provimento nos Autos de IP n. 3/2019/DEH.

Campo Grande (MS), 28 de janeiro de 2019

(assina por certificação digital)

Carlos Alberto Garcete de Almeida  
Juiz de Direito